

Boletim do Núcleo de Agronegócio - Ano II nº 021 02/06/2008 - Fone: 3340 3066

Cotação de Preços (02/06/08)**GRÃOS** (Preço líquido pago ao produtor)Feijão Carioca¹ - R\$ 140,00 - 160,00 / sc de 60 kgMilho² - R\$ 20,00 / sc de 60 kgSoja² - R\$ 40,50 / sc de 60 kg**HORTALIÇAS**³ (Preço líquido pago ao produtor)

Alface - R\$ 5,00 / cx de 7 kg

Beterraba - R\$ 27,00/ cx 20 kg

Cenoura - R\$ 15,00 / cx 20 kg

Chuchu - R\$ 6,00 / cx 20 kg

Couve Manteiga - R\$ 0,50 / (maço 500 g)

Couve Flor - R\$ 27,00 / Dz

Mandioca - R\$ 9,00 / cx 20 kg

Morango - R\$ 5,00 / caixa (04 cumbucas de 350 g)

Pimentão - Campo R\$ 11,00; Estufa R\$ 13,00 / cx 12 kg

Quiabo - R\$ 18,00 / cx 12 a 14 kg

Repolho - R\$ 8,00 / sc 20 kg

Tomate - R\$ 30,00 / cx 20 kg

FRUTICULTURA³ (Preço líquido pago ao produtor)

Goiaba - R\$ 20,00/ cx 20 kg

Maracujá - R\$ 1,00 / kg

Tangerina Ponkan - R\$ 11,00 / cx 20 kg

Limão - R\$ 9,00 / cx 20 kg

PECUÁRIA**Bovino**Arroba⁴ - R\$ 75,00 Não Rastreado e R\$ xxxx RastreadoBezerro 8 a 12 meses (nelore ou anelrados)⁵
- R\$ 580,00 a 600,00**Leite**Litro⁶ - Latão: R\$ --- ; Tanque: R\$ 0,75**Suíno**⁷ - Vivo

Kg - R\$ 3,15

Aves⁷ - Frango Vivo

Kg - R\$ 1,58

-- Galinha Caipira⁸

Unidade (± 1,7 Kg) - R\$ 18,00

Carneiro⁹Kg - R\$ 3,50 (Borrego) - carcaça R\$ 7,00; R\$ 2,50 ovelha
e carneiro para descarte - carcaça R\$ 5,80**Peixe**¹⁰ (Tilápia) (Preço líquido pago ao produtor)

Kg - R\$ 2,50

Avestruz¹¹ - vivo

Kg - R\$ 3,00

Recortes**Falta de fertilizantes ameaça produção mundial de alimentos**

Especialistas em agricultura e desenvolvimento afirmam que o mundo conta com poucas alternativas para a sua dependência cada vez maior dos fertilizantes químicos. À medida que a população aumenta e uma classe média global em expansão exige mais alimentos, os fertilizantes são uma das estratégias mais eficientes para aumentar o volume das safras. Alguns especialistas calculam que os fertilizantes sintéticos feitos com gás natural já possibilitaram grandes expansões das colheitas, e um crescimento de 30% a 40% da população mundial. O consumo global de fertilizantes aumentou em média 31% de 1996 a 2008, impulsionado por uma expansão de 56% da demanda nos países em desenvolvimento, segundo a Associação Internacional da Indústria de Fertilizantes. Inicialmente, grande parte do aumento da produção de fertilizantes destinava-se a grãos como trigo e arroz, que são os ingredientes fundamentais de uma dieta básica. Mas, recentemente, com um crescimento econômico mundial de 5% ao ano, centenas de milhões de pessoas passaram a ganhar dinheiro suficiente para comprar mais carne de animais engordados com grãos. Isso ocorreu ao mesmo tempo em que a produção acelerada de biocombustíveis, como o etanol feito com milho, impôs uma nova pressão sobre as reservas de grãos. Esses fatores geraram uma demanda crescente pelos fertilizantes, bem como preços mais altos por estes produtos.

Fonte: UOL**Falta de alimentos elevará as importações a US\$ 1 tri, diz FAO**

Mesmo com uma supersafra, a alta nos preços dos alimentos fará com que o mundo tenha de importar mais de US\$ 1 trilhão em alimentos em 2008. O alerta é da FAO que, em um relatório publicado nessa quinta-feira, 22, revela que os preços dos alimentos não vão sofrer uma queda substancial e que um novo patamar foi estabelecido para os próximos anos. Na avaliação da entidade, o Brasil deve ganhar mercados em vários setores e se beneficiar da alta, como na venda de carnes e até no milho. Mas nem toda a inflação deve ter uma repercussão positiva para o Brasil, principalmente no que se refere ao trigo e arroz. O novo patamar nos preços será mantida mesmo diante de uma projeção de produção recorde de alguns produtos, como os cereais. Algumas commodities tiveram seus preços reduzidos nas últimas semanas. Mas não voltarão aos níveis anteriores. De fato, desde fevereiro os preços médios tem se estabilizado em alguns setores. Mas o problema é que haviam sofrido uma alta de 53% nos quatro meses anteriores e as projeções são de que a pressão inflacionária poderia existir pelos próximos dez anos.

Fonte: Estadão

Insumos podem ficar ainda mais caros a partir de agosto

Em ano de reforma tributária, a renovação de benefícios fiscais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) está mais complicada. E, mais recentemente, entrou no páreo a renovação do incentivo para insumos agrícolas (defensivos, fertilizantes, sementes e máquinas agrícolas). Na última reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), em abril, o representante do estado de Mato Grosso negou-se a prorrogar o incentivo de 60% sobre o ICMS nas transações interestaduais até 31 de dezembro e propôs a renovação apenas até 31 de julho. "Na prática, em 1 de agosto, os insumos serão taxados com tarifa cheia. Isso causará um impacto de, no mínimo, 10% nos preços", calcula o secretário-executivo da Associação Paulista dos Produtores de Sementes (APPS). A alíquota total de ICMS para insumos agrícolas varia de 12% a 18%, dependendo do estado.

O secretário de Fazenda de Mato Grosso, Eder de Moraes Dias, assumiu que negar-se a prorrogar essa e outras renovações de benefício fiscal por mais de 90 dias foi a maneira encontrada pelo estado para continuar negociando o aumento da participação de Mato Grosso no repasse de recursos de compensação da Lei Kandir. "A intenção dos membros do Confaz era de, em 2008, renovar a participação de 4,46% no total de recursos distribuídos aos estados para compensação da Lei Kandir. Tive que votar contra tudo, abandonar a reunião para conseguir o coeficiente de 7,12. E, para 2009, precisamos aumentar esse valor para 12%, pois o Confaz tem informações distorcidas sobre as exportações de Mato Grosso", defende o secretário, referindo-se ao volume de produtos do estado que são exportados pelos portos do Sudeste, portanto, não contabilizados nas estatísticas oficiais.

Ele afirma que, se o estado não tivesse sido duro na negociação para mudar o coeficiente de 4,46 para 7,2, perderia este ano R\$ 150 milhões no repasse da Lei Kandir. "Mato Grosso representa 12% das exportações brasileiras, por isso, para o ano que vem esse coeficiente tem que subir para esse percentual. "Mato Grosso sempre foi levado na mão grande pelos estados maiores, que se apropriaram de recursos nossos. Se tivesse aprovado essa medida para dezembro, não teríamos como negociar", afirma o secretário.

O benefício fiscal de 60% de ICMS aos insumos agrícolas - convênio ICMS 100/97 - existe desde 1997 e, desde então, vem sendo prorrogado, na maior parte das vezes, para período de dois anos. Neste ano, a proposta inicial, votada na reunião ordinária do Confaz de 4 de abril, era de prorrogar até 31 de dezembro, que já é um prazo curto dentro da média dos últimos anos. E Mato Grosso propôs a renovação para um período ainda mais curto, até 31 de julho. André Paiva, presidente da Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe) no Confaz, diz que os prazos têm sido mais curtos neste ano por causa da guerra fiscal - benefícios fiscais concedidos pelos estados à margem do Confaz. Também motiva esse movimento de prazos mais curtos o fato de estar em negociação a reforma tributária. "Trata-se de um elemento de negociação e discussão", avalia Paiva ponderando que, anualmente, os membros dos 27 estados que compõem o Confaz, têm encontrado acordo.

José Roberto Da Rós, presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag), explica que à indústria só cabe repassar os impostos, portanto, se esse benefício cair, o consumidor é que sentirá o impacto. Somente no que se refere a defensivos agrícolas, o benefício impede que US\$ 350 milhões de dólares (R\$ 600 milhões) sejam repassados ao consumidor, segundo Da Rós. "Tivemos US\$ 5,3 bilhões em vendas no ano passado. Portanto, esse incentivo representaria 6,6% de alta no preço desses defensivos", calcula o executivo do Sindag.

Nos últimos doze meses, segundo a entidade, não houve alta nos preços dos defensivos, com exceção do glifosato (produto para combater plantas daninhas), cujo preço elevou-se 40% no mercado brasileiro, dependendo da formulação. "Trata-se de um aumento desnecessários. Esperamos que os estados cheguem a um acordo", acrescenta.

Rui Prado, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) é enfático ao afirmar que não há mais espaço para subir preços. No estado, somente os fertilizantes subiram 36% neste ano e 300% em três anos, segundo levantamento da entidade. "Já nos posicionamos firmemente com o governo estadual. Eles têm de chegar a um entendimento. Isso será a gota d'água", afirma Prado.

Carlos Sperotto, presidente da Comissão de Crédito da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), critica a discussão no Confaz, justamente no momento em que o setor está pressionando o governo para desonerar fertilizantes e defensivos de impostos. "O mundo está a aclamar por alimento e esse tipo de medida só faria os preços dos produtos alimentícios subirem ainda mais. Isso não pode ser admitido", reitera Sperotto.